




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatório da Pesquisa da Proveniência
Casa da Suplicação do Brasil


Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

01/02/2011 a 30/06/2011

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	3
1.1 Duração da Pesquisa	3
1.2 Equipe de Pesquisa.....	4
1.3 Grupo de Trabalho.....	4
1.4 Resultados alcançados.....	5
2. RESUMO CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL.....	6
3. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	9
4. MINI-TEXTOS.....	16
5. COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL.....	18
5.1 Quantidade de processos por ano.....	18
5.2 Proveniência.....	19
5.3 Tipo documental.....	20
5.4 Processos consultados.....	22
ANEXOS.....	34
ANEXO I – Vilas e comarcas do Estado do Rio de Janeiro.....	35
ANEXO II – Outras instituições (1808-1833).....	45

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do Projeto de Pesquisa da Proveniência do acervo documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi efetuada pelo Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes, da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/ SEGAP).


A pesquisa possui como corte temporal o período de 1808 a 1833, ou seja, o período que vai da elevação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro à condição de Casa da Suplicação do Brasil até o retorno da condição anterior de Relação provincial.

O levantamento da pesquisa foi realizado nas seguintes instituições: Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A montagem das estruturas organizacionais foi elaborada através da Coleção de Leis do Brasil, entre o período de 1808 e 1833. Visando complementar a realização do trabalho, foi organizado um compêndio com toda a legislação pertinente ao fundo documental estudado.

O relatório a seguir está disposto da seguinte forma: no primeiro item consta a apresentação do trabalho, o tempo de duração do mesmo, bem como os resultados alcançados e as informações sobre a equipe e o grupo de trabalho; no segundo item, apresentamos as estruturas organizacionais e as informações pertinentes à distribuição dos processos; no terceiro item, os mini-textos de cada serventia e no quarto item, o relatório de análise dos processos do fundo pesquisado.

1.1 DURAÇÃO DA PESQUISA

O período a que se refere à coleta dos dados, elaboração das estruturas e mini textos, análise dos processos até a apresentação final dos resultados da

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL			
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011	Emissão: Junho/ 2011

pesquisa, conforme os Planos de Ação compreendeu os períodos 01 de abril de 2008 a 01 de junho de 2009¹ e 01 de fevereiro de 2011 a 30 de junho de 2011.

RESGATAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FONTE GERADORA DO ACERVO DOCUMENTAL DO PJERJ – CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL				
Unidade	Tipo de atividade	Realização		
		Período*	Dias trabalhados	Total de Homem/Dia (HD)
Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes	Pesquisa da Proveniência	01/02/2011 a 30/06/2011	100	2HD

* No período de 01/02/2011 a 30/06/2011, o referido trabalho foi realizado por uma pessoa, com a carga horária de oito horas diárias, sendo supervisionado pela Chefe de Serviço, com a carga horária média de uma hora diária.


1.2 EQUIPE DE PESQUISA (EPP)

A pesquisa para a elaboração da Proveniência do fundo documental Casa da Suplicação do Brasil foi supervisionada pela Chefe de Serviço do SEGAP Rosângela de Jesus Gomes e realizada pela pesquisadora Isabele de Matos Pereira de Mello.

1.3 GRUPO DE TRABALHO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA


O Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (GTPP), é composto por Marcus Vinicius Domingues Gomes (DGCON/ GBCON), Gilberto de Souza Cardoso (DGCON/ DIGED), Maria Rosa Torres Susana (DGCON/ SEGIA), Rosangela de Jesus Gomes (DGCON/ SEGAP) e Argemiro Eloy Gurgel (DGCON/ DEGEM). O Grupo de Trabalho foi formalizado pela Portaria DGCON Nº02/2006, em 30 de março de 2006.

¹ No primeiro Plano de Ação a pesquisa teve que ser temporariamente suspensa para atender uma solicitação do Juiz Auxiliar da Presidência Dr. Gilberto de Mello Nogueira A. Júnior.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

1.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Conclusão da proveniência do fundo documental “Casa da Suplicação do Brasil”.
- Levantamento preliminar do histórico das vilas e comarcas da cidade do Rio de Janeiro.
- Identificação no arquivo intermediário de processos provenientes do fundo documental “Casa da Suplicação do Brasil” e sua devida transferência para o acervo permanente da instituição.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

2. RESUMO - CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL


No ano de 1808, a corte portuguesa se transferiu para o Brasil e instalou-se na cidade do Rio de Janeiro. No âmbito de uma série de mudanças ocorridas a partir da presença do rei D. João VI na cidade, o alvará de 10 de maio de 1808 elevou o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, criado em 1751, a condição de *Superior Tribunal de Justiça*, com a denominação de Casa da Suplição do Brasil. No novo tribunal passariam a ser julgadas todas as causas em última instância e seus desembargadores teriam a mesma alçada que os ministros de Lisboa. A comunicação com Lisboa estava muito precária e parcialmente interrompida. Além disso, o tribunal de última instância deveria funcionar onde residisse o rei, magistrado supremo da justiça.

A jurisdição da Casa da Suplição era a mesma da Relação do Rio de Janeiro, ou seja, todo o território que ficava ao sul do Estado do Brasil, que compreendia treze comarcas, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro do Frio, Cuiabá, Goyazes, Pernaguá, Espírito Santo, Itacazes e Ilha de Santa Catarina².

Na primeira e na segunda instância a justiça continuava sendo exercida basicamente por juízes de fora, juízes ordinários e por ouvidores gerais. Esses funcionários acumulavam funções judiciais e administrativas. Na prática, suas competências eram relativamente semelhantes. Essa aparente sobreposição de funções tratava-se na verdade de um mecanismo adotado desde o século XVII, que visava criar um sistema de fiscalização mútua na administração para auxiliar a difícil tarefa que a coroa portuguesa tinha, que era a administração à distância.

A Casa da Suplição contaria com o seguinte corpo de funcionários: um chanceler, um regedor, oito desembargadores extravagantes, seis desembargadores

² Em 1808, ficou estabelecido que todos os agravos ordinários e apelações do Pará, Maranhão, Ilhas dos Açores, Ilha da Madeira e da Relação da Bahia seriam interpostos para o Brasil e não mais para Lisboa. No ano seguinte, o alvará de 06/05/1809 ordenou que os agravos ordinários e as apelações dessas localidades passassem a ser novamente interpostos para Lisboa, ficando na Casa da Suplição do Brasil somente os que saíssem da Relação da Bahia e do distrito da antiga Relação do Rio de Janeiro. A Resolução da Mesa do Desembargo do Paço de 20/05/1814 determinou que os recursos da comarca de Mato Grosso fossem interpostos para a Casa da Suplição do Brasil e não para a Relação do Maranhão.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

dos agravos, um corregedor do crime, um corregedor do cível, um juiz dos feitos da coroa e fazenda, um procurador dos feitos da coroa e fazenda, um promotor de justiça, um juiz da chancelaria e um ouvidor do crime. Em 1808, foram criados dois ofícios de juiz do crime para os bairros da Freguesia da Sé e da Freguesia de Santa Rita. A partir de 1810 ficou estabelecido que todas as sentenças e cartas deveriam passar pela chancelaria da Casa da Suplicação do Brasil³.

Em 1821, o rei D. João VI retorna para Lisboa. O decreto de 22 de abril de 1821 encarrega o governo geral do Brasil ao Príncipe Real D. Pedro de Alcântara. Em 07 de setembro do mesmo ano, D. Pedro declara a independência do Brasil. Em 1822, enquanto as cortes portuguesas estavam reunidas aguardando o retorno do rei para Portugal, foi redigida uma lei que extinguiu todos os tribunais criados no Rio de Janeiro e estabeleceu uma nova forma de administração para as províncias do Brasil⁴. Mas, tratava-se de uma lei das cortes gerais da nação portuguesa e após a independência do Brasil tal lei não foi efetivamente adotada.


A partir de 1827, tem início uma série de mudanças no âmbito da administração do império. A lei de 11 de outubro de 1827 determinou a forma em que deveriam ser providos os ofícios de justiça. Ficou estabelecido que nenhum ofício de justiça poderia ser conferido a título de propriedade, somente seriam concedidos a título de serventia vitalícia. O serventário vitalício que por motivo de doença ficasse impedido de exercer seu ofício deveria nomear pessoa idônea para a serventia e obteria a terça parte do rendimento de seu ofício.

Em 1828, é criado o Supremo Tribunal de Justiça pela lei de 18 de setembro⁵, que seria composto de dezessete juizes letrados, tirados das Relações pelo critério de antiguidade. O Supremo Tribunal de Justiça teria como funções: conhecer dos delitos e erros de ofício dos seus ministros, dos da Relação, dos empregados do corpo diplomático e dos presidentes das províncias; conceder e denegar revistas nas causas; conhecer e decidir sobre os conflitos de jurisdição. No

³ Cf. Alvará de 09/07/1810.

⁴ Cf. Lei de 18/01/1822.

⁵ Na constituição de 1824, o art. 163 já previa a criação de um tribunal com a denominação de "Supremo Tribunal de Justiça". A instalação desse tribunal só ocorreu em 1829.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

mesmo ano foram extintos os tribunais da Mesa do Desembargo do Paço e da Mesa de Consciência e Ordens⁶.

Em 1832 é promulgado o Código de Processo Criminal⁷ que extinguiu as Ouvidorias de comarca, os juízes de fora e os juízes ordinários. O novo código encerra a distinção entre desembargadores extravagantes e desembargadores agravistas e determina que a competência das Câmaras Municipais para a elaboração da nova divisão das comarcas e de seus respectivos distritos e termos⁸. No ano seguinte é elaborado um novo regulamento para as Relações do Império⁹. Cada Relação deveria ser composta de quatorze desembargadores, sendo um presidente. A partir de 1833, a Casa da Suplicação do Brasil retornar efetivamente a condição de relação provincial, com a denominação de Relação do Rio de Janeiro, também popularmente chamada de Relação da Corte.

⁶ Lei de 22/09/1828. Os negócios pertencentes aos tribunais extintos passam a ser expedidos da seguinte forma: passaria a ser de competência dos juízes criminais a admissão de fianças e dos juízes de órfãos a concessão de cartas de emancipação, suprimentos de idade, habilitações dos herdeiros dos bens dos defuntos, concessão de licenças para mulheres e menores venderem bens de raiz.

⁷ Lei de 29/11/1832. Promulga o Código de Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da justiça civil.

⁸ A nova divisão da cidade do Rio de Janeiro foi publicada no edital da Câmara Municipal em 29/01/1833.

⁹ Decreto de 03/01/1833. Dá regulamento para as Relações do Império.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

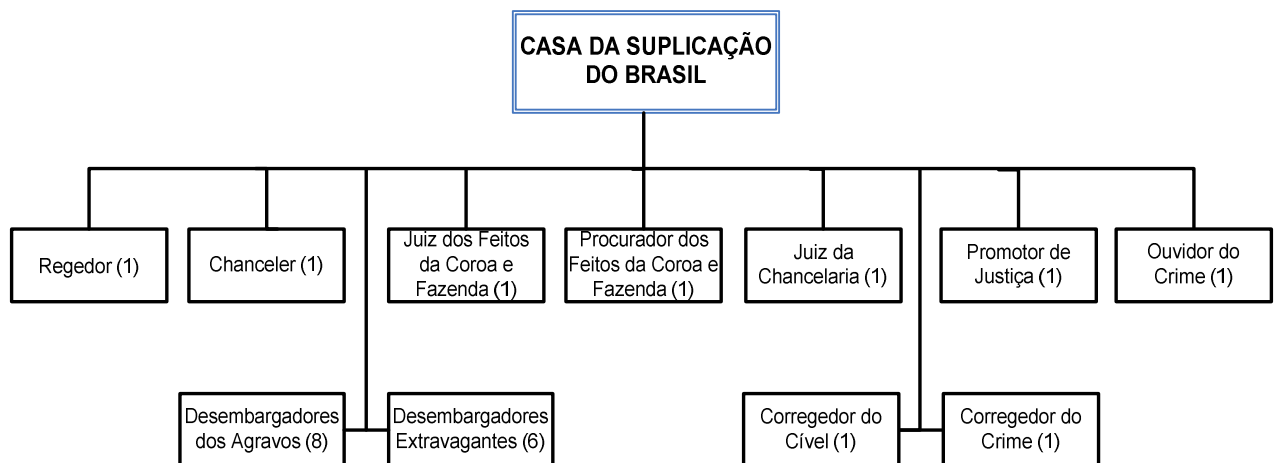
Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011

3. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL - 1808

Alvará de 10/05/1808. Regula a Casa da Suplição e dá providências a bem da administração da Justiça.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

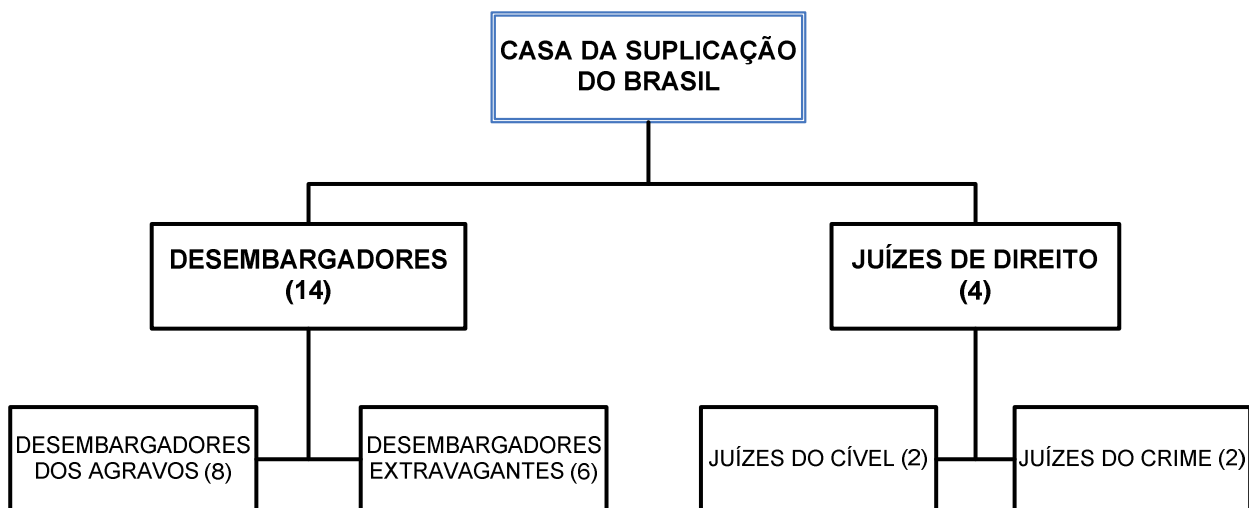
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

CASA DA SUPLIÇÃO – 1808

Alvará de 27/06/1808. Cria dois juizes do crime para dois bairros da corte.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

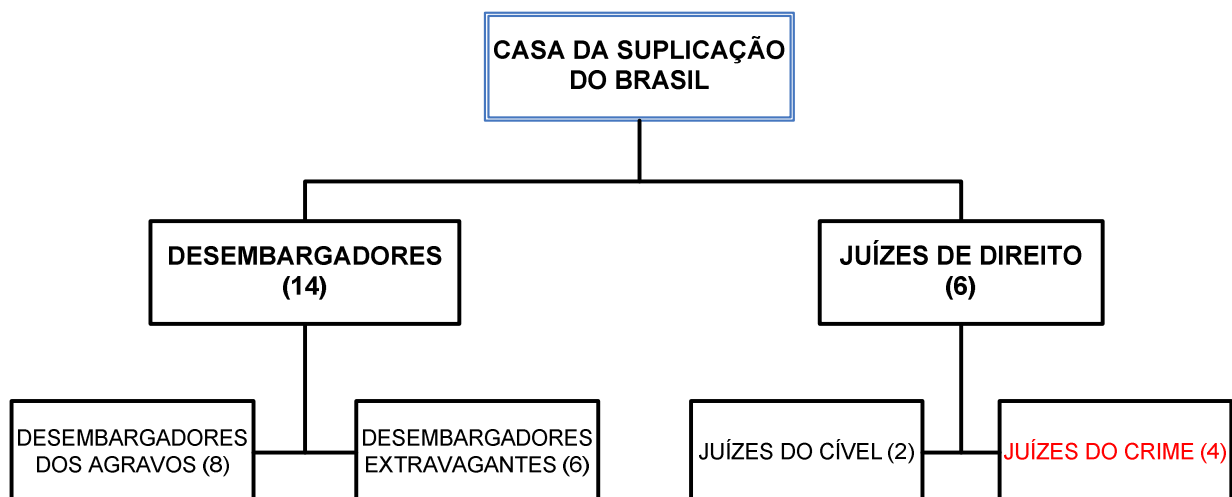
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

CASA DA SUPLIÇÃO – 1831

Decreto de 06/08/1831. Divide a cidade do RJ, em quatro bairros com seus respectivos juizes criminais.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

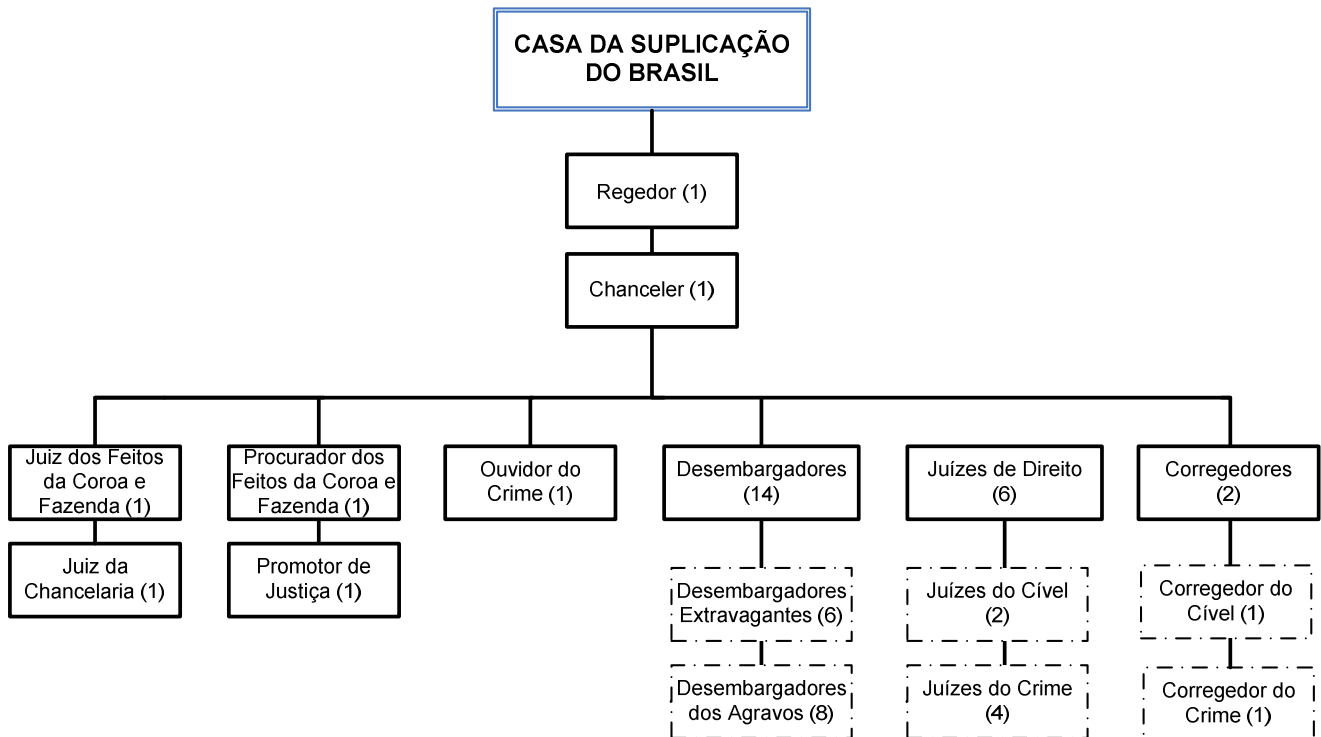
Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011

CASA DA SUPLIÇÃO - 1831





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL

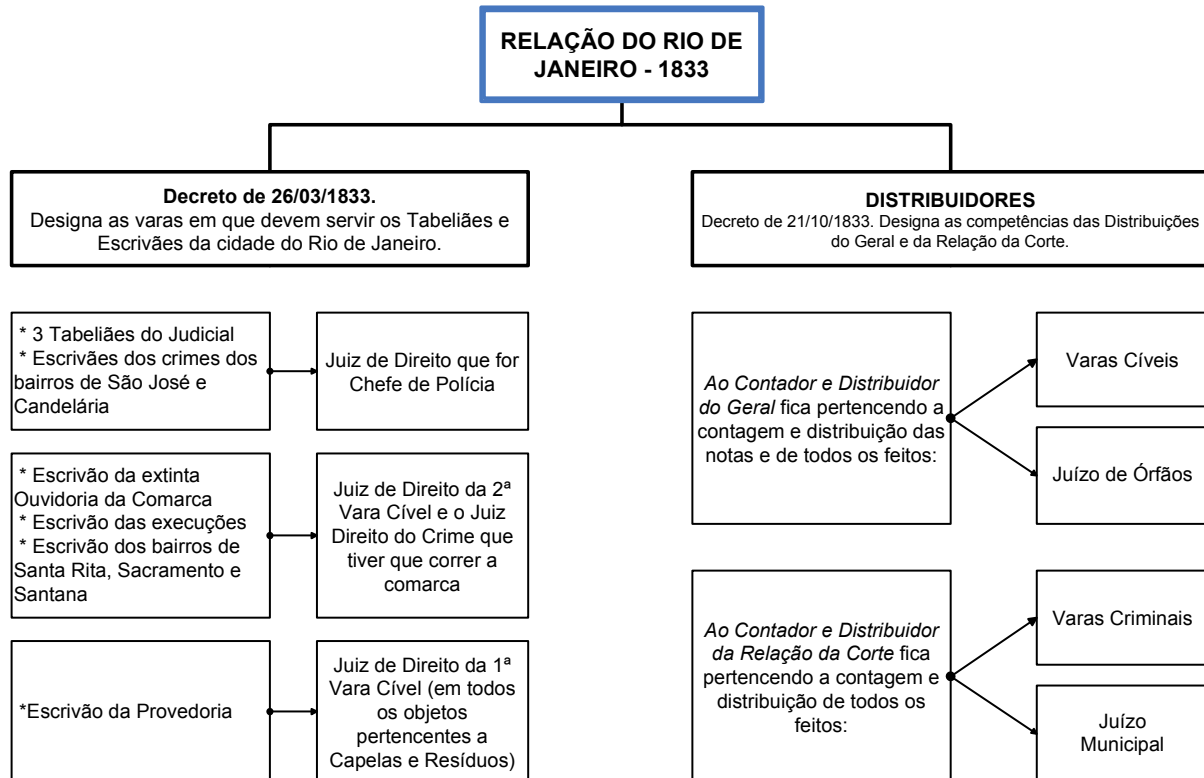
Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (RELAÇÃO DA CORTE)





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

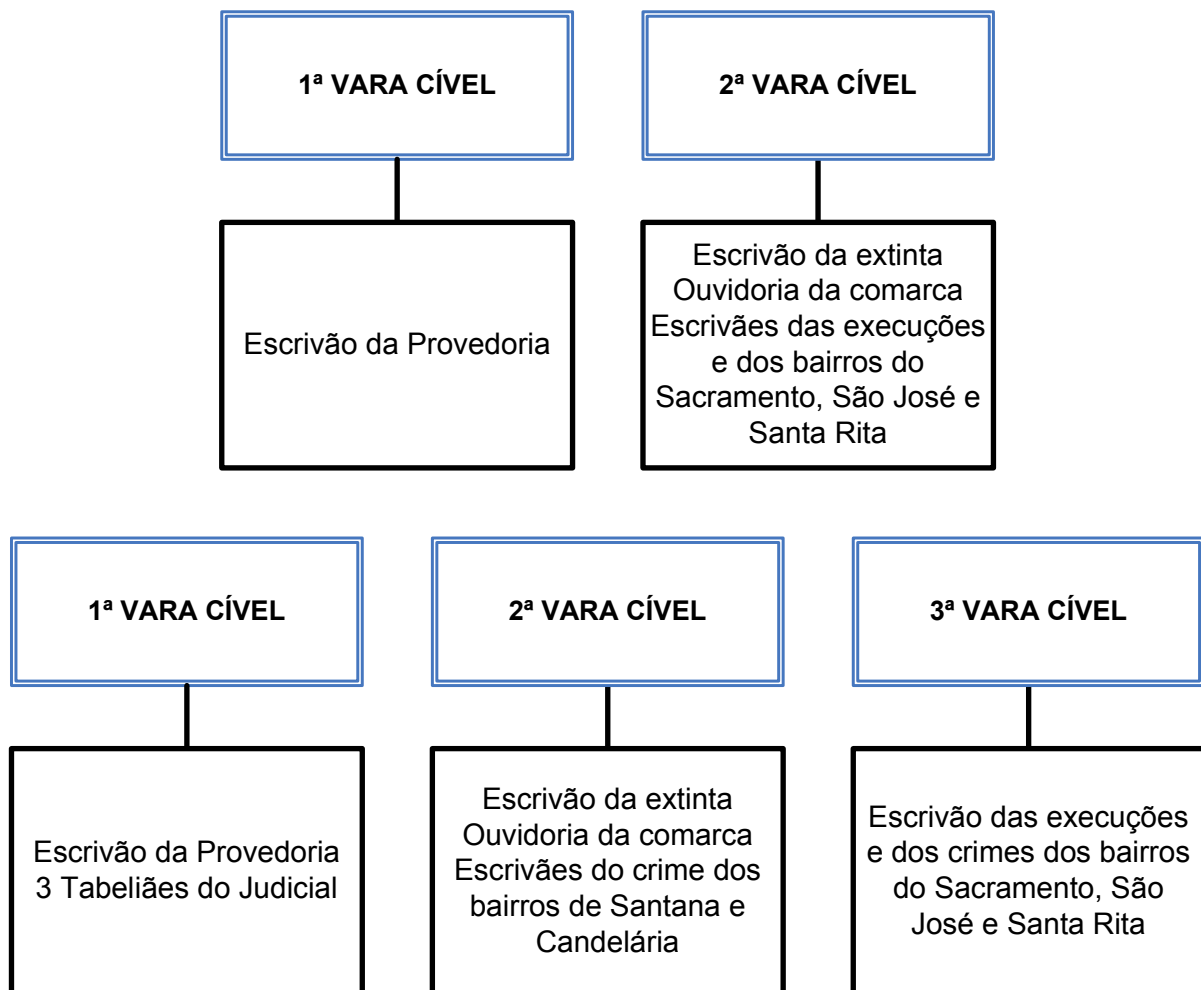
RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (RELAÇÃO DA CORTE)

VARAS CÍVEIS

Decreto de 26/03/1833. Designa as varas em que devem servir os Tabeliães e Escrivães da cidade do RJ.

Decreto de 20/06/1833. Cria mais um Juiz do Cível nesta Corte.

Decreto de 20/08/1833. Altera o Decreto de 26/03/1833.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

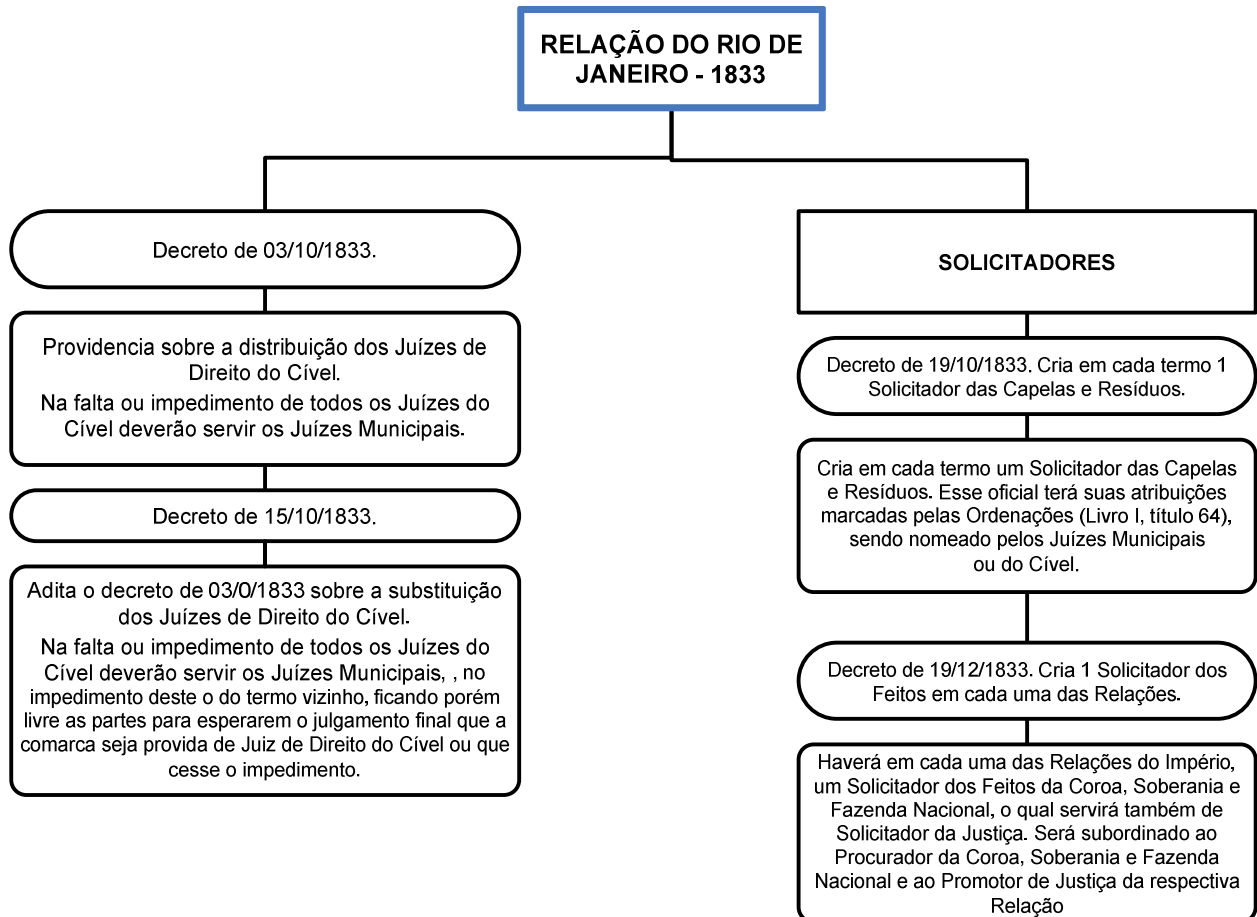
Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)


Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011

RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (RELAÇÃO DA CORTE)



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

4. MINI-TEXTOS


CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

O alvará de 10 de maio de 1808 elevou o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro a condição de Superior Tribunal de Justiça e passou a se denominar Casa da Suplição do Brasil. Neste tribunal eram findos todos os pleitos em última instância. O alvará de 24 de janeiro de 1809 criou o ofício de distribuidor, com a função de distribuir as ações civis e criminais processadas junto aos corregedores do cível e do crime, com exceção das devassas, querelas, denúncias e autos sumários. Em 1810, o alvará de 09 de julho determinou que todas as sentenças e cartas deveriam passar pela Chancelaria da Casa da Suplição. Em 1833, o decreto de 03 de janeiro dá novo regulamento para as Relações do Império e efetivamente a Casa da Suplição do Brasil retornar a condição de relação provincial.

JUIZ CRIMINAL (JUIZ DO CRIME)¹⁰

O alvará de 27 de junho de 1808 criou dos ofícios de juiz criminal para os bairros do Rio de Janeiro. Cada juiz teria um escrivão e um meirinho com seu respectivo escrivão. Os juizes criminais acumulariam a função de superintendentes da décima urbana, sendo responsáveis por lançar e cobrar o imposto. O decreto de 28 de maio de 1822 anexou a vara de juiz do crime do bairro da Sé à vara de juiz do crime do bairro de São José e a vara de juiz do crime do bairro da Candelária à vara de juiz do crime do bairro de Santa Rita. O decreto de 06 de agosto de 1831 cria mais dois ofícios de juiz do crime na cidade do Rio de Janeiro e a divide em quatro bairros, a saber: o primeiro compreenderia as freguesias de Santa Rita e Candelária; o segundo as freguesias de São José e São João Baptista da Lagoa; o terceiro a freguesia do Sacramento e o quarto, as freguesias de Santana e Engenho Velho.

¹⁰ Na legislação utilizava-se o termo juiz do crime, que corresponde ao juiz criminal.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

SECRETARIA DE ESTADO DE NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

A lei das cortes gerais da nação portuguesa de 23 de agosto de 1821 dividiu a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em duas, sendo que a segunda passaria a denominar-se Secretaria de Negócios da Justiça. Essa secretaria tinha competências sobre: os assuntos da justiça civil e criminal, os negócios eclesiásticos, a expedição das nomeações de lugares da magistratura e dos ofícios de justiça e a inspeção das prisões. O decreto de 03 de julho de 1822 confirma a criação dessa nova secretaria.

JUIZ DE PAZ

A lei de 15 de outubro de 1827 criou em cada uma das freguesias e capelas curadas um juiz de paz e um suplente. O juiz de paz seria responsável por: conciliar as partes, julgar pequenas demandas cujo valor não excedesse dezesseis mil réis, destruir quilombos, fazer auto de corpo de delito, vigiar a conservação das matas e florestas públicas, evitar rixas, corrigir bêbados e meretrizes que perturbassem o sossego público e dividir o seu distrito em quarteirões. A lei de 01 de outubro de 1828 estabeleceu os critérios para a eleição dos juizes de paz. O Código de Processo Criminal determinou que em cada distrito tivesse pelo menos um juiz de paz, um escrivão e tantos inspetores de quarteirões quanto necessário.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL


Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011	Emissão: Junho/ 2011
---	--	---	--------------------------------

5. COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL

Visando efetuar a confirmação e a comparação das estruturas elaboradas para o fundo documental Casa da Suplicação do Brasil, foi efetuada uma análise nos processos do mesmo fundo. Em cada processo foram consideradas as seguintes informações: a data (ano), a proveniência (vara ou serventia de origem) e o tipo documental (ação). Foram analisados 222 processos, entre 1808 e 1833, identificados a partir do trabalho de seleção de processos de valor histórico, informativo e probante.

5.1 QUANTIDADES DE PROCESSOS POR ANO

ANO	QUANTIDADE
1808	2
1809	0
1810	4
1811	1
1812	0
1813	4
1814	4
1815	7
1816	6
1817	2
1818	8
1819	9
1820	9
1821	11
1822	6
1823	8
1824	15
1825	16
1826	20
1827	9
1828	10
1829	10
1830	15

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

1831	20
1832	26
1833	0
TOTAL DE PROCESSOS: 222	

5.2 PROVENIÊNCIA

PROVENIÊNCIA	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Juízo da Almotaçaria da Vila de São João do Príncipe	1
Juízo da Provedoria da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	1
Juízo da Provedoria da Vila Real de Praia Grande	16
Juízo das Medições da Vila de São João do Príncipe	1
Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	22
Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	1
Juízo de Fora e Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	33
Juízo de Órfãos da Freguesia de São João de Itaboraí	2
Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	12
Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	7
Juízo de Órfãos da Vila de Rezende de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre	1
Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	23
Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	13
Juízo de Órfãos de Campos dos Goitacazes	1
Juízo de Paz da Vila Real da Praia Grande	2
Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	1
Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	84
Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro, freguesia de São Gonçalo	1
TOTAL DE PROCESSOS: 222	



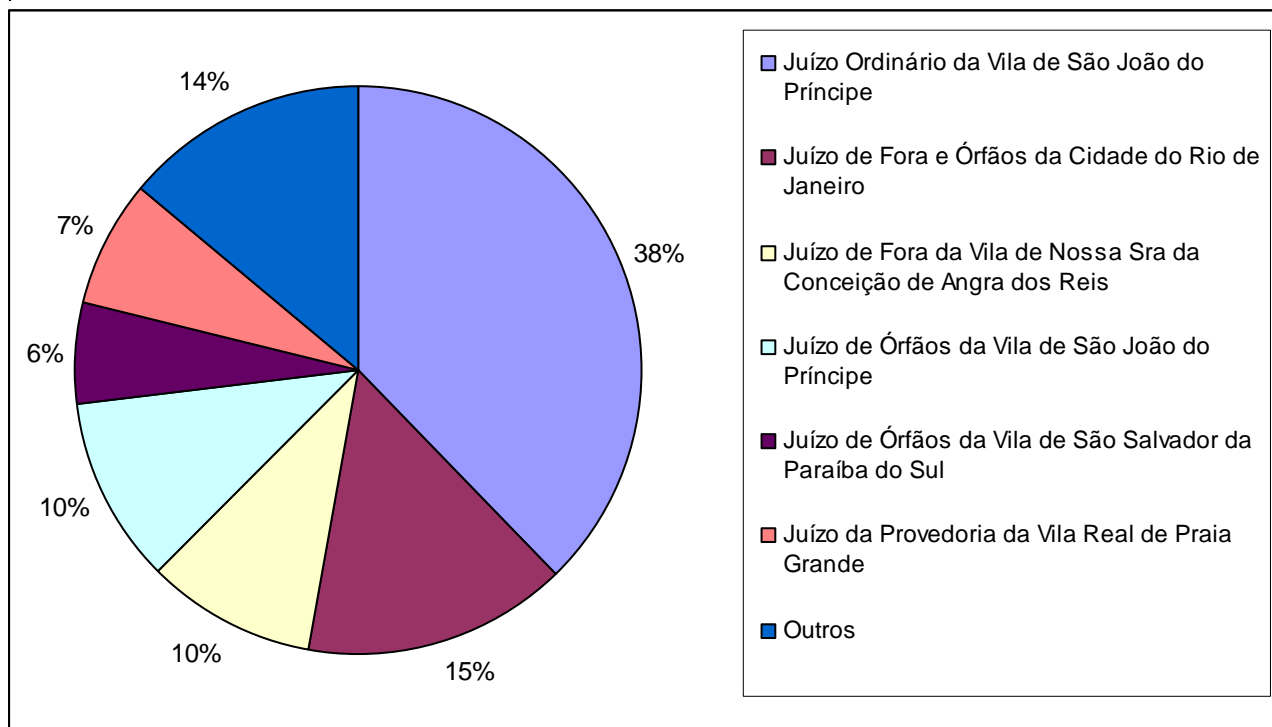
RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011



5.3 TIPO DOCUMENTAL

TIPO DOCUMENTAL	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Ação Sumária	1
Agravo	9
Alvará	3
Apelação Crime	1
Arrecadação	1
Arrematação de Bens	1
Auto de Querela	1
Autos de Praça	1
Carta Avocatória	1
Carta de Inquirição	9
Carta Precatória	2
Cobrança	1
Devassa	10
Dez Dias	15
Emancipação	1
Embargo	5
Execução	1



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

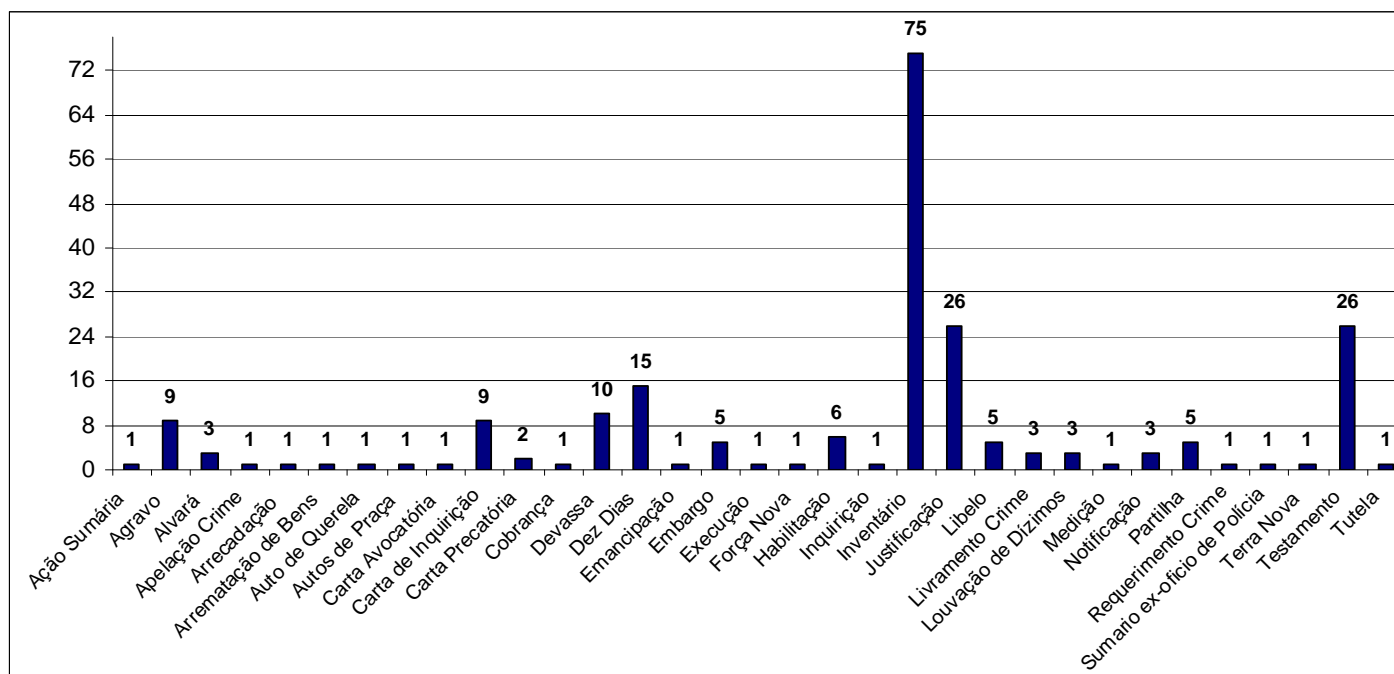
Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

Força Nova	1
Habilitação	6
Inquirição	1
Inventário	75
Justificação	26
Libelo	5
Livramento Crime	3
Louvação de Dízimos	3
Medição	1
Notificação	3
Partilha	5
Requerimento Crime	1
Sumario ex-officio de Polícia	1
Terra Nova	1
Testamento	26
Tutória	1
TOTAL DE PROCESSOS:	222





**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

5.4 PROCESSOS CONSULTADOS

CAIXA: 02		TOTAL: 10 PROCESSOS	
ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1808	Juízo Ordinário da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1808	Juízo de Órfãos da Vila de Rezende de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre	Inventário	---
1810	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1810	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1810	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro Freguesia de São Gonçalo	Testamento	---
1810	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Notificação para conta	---
1811	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1814	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba termo da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis	Inventário	---
1814	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
1815	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
CAIXA: 03		TOTAL: 20 PROCESSOS	
ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1824	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1825	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1825	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1826	Juízo da Provedoria da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Embargo	---
1827	Provedoria de Ausentes e Resíduos da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1827	Juízo da Provedoria da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1827	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta Precatória	---
1828	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Carta Precatória	---
1828	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1828	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Embargo	---
1828	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Embargo	---
1828	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Justificação	---
1828	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1829	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Embargo	---
1829	Juízo da Provedoria da Vila de Praia Grande	Notificação para conta	---
1829	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis	Inventário	---
1829	Juízo da Provedoria da Vila Real da Praia Grande	Arrecadação (escravo)	---
1829	Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro	Autos de Praça	---

CAIXA: 04

TOTAL: 14 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1829	Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro	Inventário	---
1830	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Tutoria	---
1830	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1830	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Habilitação	---
1830	Juízo de Paz da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1830	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Justificação	---
1830	Juízo de Fora do Geral da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---
1830	Juízo de Paz da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1830	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Habilitação	---
1830	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Emancipação	---
1830	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Agravo de Injusta Pronuncia	---
1830	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Partilha	---
1830	Juízo do Geral da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1832	Juízo de Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---

CAIXA: 05

TOTAL: 17 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1831	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1831	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1831	Juízo do Geral da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1831	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1831	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1831	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1831	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---
1831	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Habilitação	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1831	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1831	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1831	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1832	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Habilitação	---
1832	Juízo de Órfãos da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro	Testamento	---
1832	Juízo de Fora dos Resíduos da Vila Real da Praia Grande	Justificação de domínio	---
1832	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Habilitação	---
1832	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1832	Juízo de Fora dos Resíduos da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---

CAIXA: 09

TOTAL: 22 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1814	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1816	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Agravo	---
1817	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Libelo Cível	---
1818	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
1818	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1818	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
1819	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Agravo Crime de Injusta Pronuncia	---
1820	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Libelo Cível	---
1821	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1821	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1821	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Habilitação	---
1821	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Terra Nova	---
1821	Juízo da Provedoria da Vila Real da Praia Grande	Notificação	---
1821	Juízo da Provedoria de Feitos da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1821	Juízo de Órfãos do Rio de Janeiro	Inventário	---
1822	Juízo da Provedoria da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Justificação (escravo)	---
1822	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Apelação Crime	---
1822	----- Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Testamento	---
1823	Provedoria da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1823	Provedoria da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1824	Juízo de Fora e Provedoria de Defuntos e Ausentes da Praia Grande	Partilha	---
1824	Juízo da Provedoria da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---

CAIXA: 10

TOTAL: 28 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1813	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1815	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1816	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1817	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1818	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1819	Juízo das Medições da Vila de São João do Príncipe	Medição	Juiz das Sesmarias
1819	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1820	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1820	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1820	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1820	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1821	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1822	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1823	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Força Nova	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1825	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1826	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1826	Juízo de Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Justificação	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1827	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Livramento Crime	---
1827	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1828	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1832	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1832	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Execução de Termo Conciliatório	---
1832	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

CAIXA: 11

TOTAL: 38 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1813	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Ação Sumária de Jornais de Serviço	---
1815	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Autuação de uma Louvação de Dízimos	---
1816	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Autos Cíveis de Louvação de Dízimos	---
1816	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Autos de Libelo Cível e Crime Acusatório	---
1818	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1818	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1819	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1819	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1820	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Inventário	---
1820	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1821	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1823	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1823	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1824	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1824	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1824	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1824	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1824	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1824	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Inquirição	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1824	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Libelo Cível e Crime	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1826	Juízo de Fora da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
1827	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Agravo Crime de Injusta Pronúncia	---
1827	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1828	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1830	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Arrematação de Bens	---
1830	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1831	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
1831	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
1832	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Requerimento Crime	---
1832	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1832	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Auto de Querela	---
1832	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
CAIXA: 12		TOTAL: 26 PROCESSOS	
ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1813	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Livramento Crime	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1813	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1814	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1815	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Autos Cíveis de Louvação de Dízimos	---
1815	Juízo da Almotaçaria da Vila de São João do Príncipe	Autos de Agravo	---
1815	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa Crime	---
1819	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta de Inquirição	---
1819	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Livramento Crime	---
1820	Juízo de Órfãos de Parati	Inventário	---
1821	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1822	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Agravo Crime	---
1823	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1825	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Devassa	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Justificação	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Sumario ex-officio de Polícia	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Embargo	---
1826	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Libelo Crime Acusatório	---
1827	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Carta Avocatória	---
1828	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Autos Crimes de Injusta Pronúncia	Animais em terras alheias
1828	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1829	Juízo dos Resíduos da Vila Real da Praia Grande	Testamento	---
1830	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Agravo Crime de Injusta Pronúncia	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1831	Juízo de Órfãos de Campos dos Goitacazes	Inventário	---
1831	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1832	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Alvará	---
1832	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Alvará (escravo)	---

CAIXA: 17

TOTAL: 15 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1820	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1822	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1824	Juízo Ordinário da Vila de São João do Príncipe	Dez Dias	---
1825	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1825	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1825	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1826	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1826	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1827	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1829	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1831	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1832	Juízo de Órfãos da Freguesia de São João de Itaboraí	Justificação	---
1832	Juízo de Órfãos da Freguesia de São João de Itaboraí	Inventário	---
1832	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Partilha	---
1832	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

CAIXA: 21

TOTAL: 12 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1818	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Testamento	---
1819	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1819	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1823	Juízo de Fora do Geral da Vila Real da Praia Grande	Partilha	---
1826	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---
1831	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1831	----- Rio de Janeiro	Inventário	---
1831	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1832	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---
1832	Juízo de Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---
1832	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1832	Juízo de Fora e Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---

CAIXA: 25

TOTAL: 11 PROCESSOS

ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1816	Juízo das Medições da Vila de São João do Príncipe	Agravo Cível	
1823	Juízo de Fora do Geral da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---
1825	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1825	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1826	Provedoria da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1826	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1826	Juízo de Fora e Órfãos da Vila Real da Praia Grande	Inventário	---
1829	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1829	Juízo de Órfãos da Cidade do Rio de Janeiro	Inventário	---
1831	Juízo de Fora da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1832	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---

CAIXA: 29

TOTAL: 09 PROCESSOS


ANO	PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA	TIPO DOCUMENTAL	INFORMAÇÕES
1815	---- Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Requerimento de Alvará	---
1816	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1818	Juízo de Órfãos da Vila de São Salvador Paraíba do Sul	Inventário	---
1821	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1824	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande	Inventário	---
1824	Juízo de Órfãos da Vila dos Remédios de Parati	Justificação	---
1824	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Justificação	---
1824	Juízo de Órfãos da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati	Cobrança	---
1832	Juízo de Órfãos da Vila de São João do Príncipe	Partilha	---



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL**

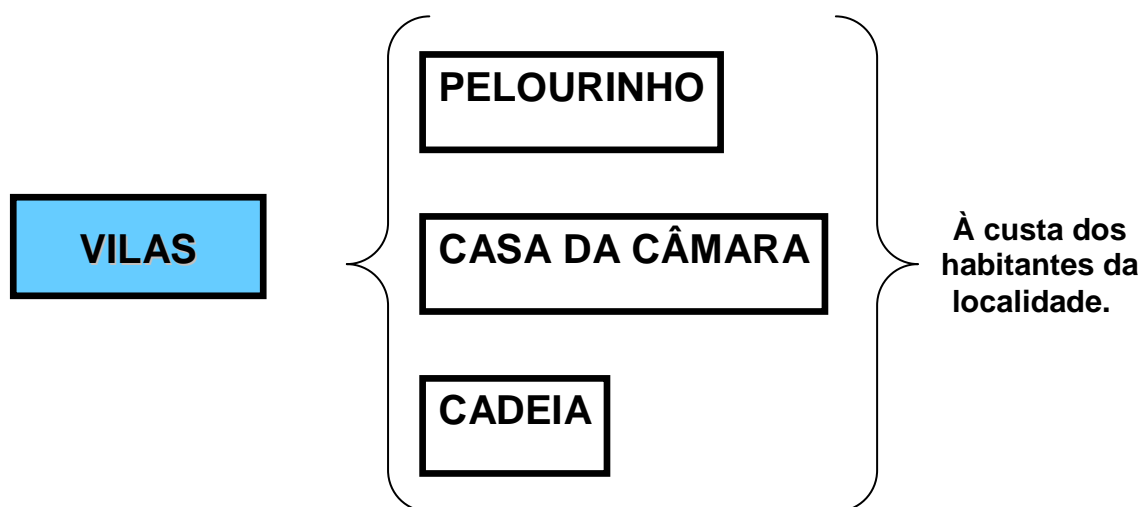
Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011	Emissão: Junho/ 2011
---	--	---	--------------------------------

ANEXOS

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

ANEXO I - VILAS E COMARCAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O estabelecimento de uma vila dependia de alguns requisitos básicos: o Pelourinho, a Casa da Câmara e a Cadeia. Em seguida, criava-se o lugar de *Juiz de Fora*, que inicialmente acumulava as competências cível, criminal e de órfãos.





RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

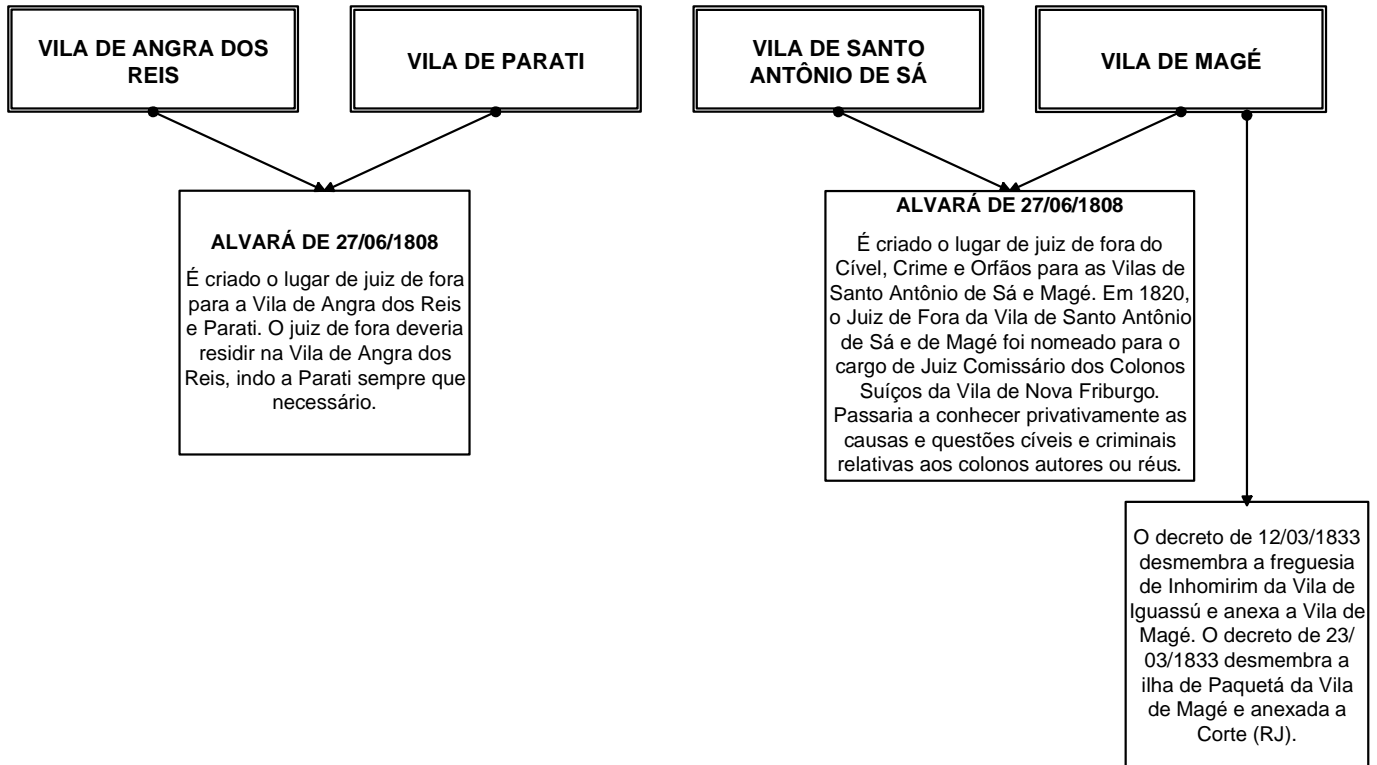
Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011

1808





**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011

1811

**VILA DE SÃO JOÃO
DO PRÍNCIPE**

ALVARÁ DE 21/02/1811
Erige em vila, o Arraial e
Freguesia de São João
Marcos, com a denominação
de São João do Príncipe.

1813

**VILA DE SÃO JOÃO
DE MACAÉ**

ALVARÁ DE 29/07/1813
Erige em vila a povoação de
Macaé, com a denominação de
Vila de São João de Macaé, que
terá por limites por uma
parte o Rio de São João, e pela
outra o Rio do Furado. Em 1815,
é criado o lugar de juiz de fora
do cível, do crime e de órfãos
para a cidade de Cabo Frio e
para a Vila de São João de
Macaé. Em 1817, a Provedoria
de dos Defuntos e Ausentes é
anexada a Vara de Juiz de fora.



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:
Junho/ 2011

1814

**VILA DE SANTA MARIA
DE MARICÁ**

ALVARÁ DE 26/05/1814

Erige em vila a povoação de Maricá, com a denominação de Vila de Santa Maria de Maricá, que terá por termo o terreno compreendido desde a Barra da Lagoa de Saquarema até a ponta de Mandetiba, dividindo-se pelo interior pelas Serras da Tiririca, Pihyba Grande, Cordeiros, Itatindiba, daí à Serra do Catimbao e desta seguindo a mais cômoda divisão até voltar a fechar a barra da Lagoa de Saquarema; fica o sobredito território desmembrado dos termos da cidade do RJ, da cidade de Cabo Frio e da Vila de Santo Antônio de Sá, aos quais até agora pertencia.

**VILA DE SÃO PEDRO
DE CANTAGALO**

ALVARÁ DE 09/03/1814

Erige em vila o Arraial e Distrito das Novas Minas de Cantagalo, com a denominação de Vila de São Pedro de Cantagalo, que terá por limites todo o território que se compreende desde o Rio Parahyba, correndo pelo alto da Serra dos Órgãos a partir com os Termos das Vilas de Magé, Macacú, Macaé e Campos dos Goitacazes até fechar no mesmo rio, o qual servirá de divisa em toda a extensão da parte da Província de Minas Gerais. Ficará compreendida nestes limites a Aldeia da Pedra, que até agora pertencia ao Termo da Villa de São Salvador dos Campos. Em 1824, a Aldeia de São Fidélis e a Aldeia da Pedra foram desmembrada da Vila de São Pedro de Cantagalo e incorporadas ao termo da Vila de São Salvador de Campos dos Goitacazes. Em 1833, foi desanexada desta vila a freguesia de São José do Rio Preto, que passou a pertencer a Vila de Paraíba do Sul.



**RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA
CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL**

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1818

**VILA DE SÃO
FRANCISCO XAVIER DE
ITAGUAHY**

ALVARÁ DE 05/06/1818

Eleva a condição de vila a Aldeia de Itaguahy. O novo território compreenderá a Freguesia de Itaguahy do alto da Serra para a vargem, a Freguesia de Maripicú do rio Guandu subindo a parte esquerda, todo o Ribeirão das Lages, e a Freguesia de Mangaratiba. Em 1833 parte do território foi desmembrado para a Vila de Mangaratiba e foi incorporado ao território da vila todo o curato da Fazenda Nacional de Santa Cruz, seguindo o rumo da dita fazenda na divisão com a dos religiosos do Carmo, começando no lugar denominado - Pedra - até encontrar a Freguesia de Marapicú. O decreto de 30/12/1833 desligou o curato da Fazenda Nacional de Santa Cruz do termo de Itaguahy e anexou ao da Corte (RJ).

1819

**VILA REAL DE PRAIA
GRANDE**

ALVARÁ DE 10/05/1819

Eleva a povoação de São Domingos da Praia Grande a condição de vila, com a denominação de Vila Real de Praia Grande. A nova vila teria por termo as quatro freguesias vizinhas: São João de Icarahy, São Sebastião de Itaipú, São Lourenço dos Índios e de São Gonçalo. O Alvará de 26/07/1819 cria o lugar de juiz de fora, do cível, crime e órfãos para a nova vila e para Vila de Santa Maria de Maricá.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1820

VILA DE NOVA FRIBURGO

ALVARÁ DE 03/01/1820

Erige em vila o lugar de Morro Queimado, com a denominação de Vila de Nova Friburgo. Seu território foi desmembrado de Cantagalo. A nova vila terá por termo o distrito da Freguesia de São João Baptista.

O decreto de 03/01/1820 criou a Freguesia de São João Baptista da Vila de Nova Friburgo na Fazenda do Morro Queimado. A freguesia teria como território desde as águas compridas até o Rio Grande, compreendendo todo o território que vai da sobredita vila até o rio Paquequer do lado de Oeste, e para a parte de Leste até o alto da serra, cujas vertentes deitam para o rio de São João. Em 1831, foi aprovada a Convenção de 1829, realizada entre as Câmaras da Vila de São João de Nova Friburgo e da Vila de São Pedro de Cantagalo, para definir seus limites.


VILA DO PATY DE ALFERES

ALVARÁ DE 04/09/1820

Cria em Paty uma vila com a denominação de Vila do Paty de Alferes, que terá por termo todo o território entre as Vilas de São

João do Príncipe, e de S. Pedro de Cantagalo; limitando-se ao norte pela Serra da Mantiqueira, e pelo Rio Paraibuna; e ao sul pelo seguimento da Serra do Mar, e Cordilheira do Tanguá; ficando porém excluída do mesmo termo a Freguesia de Nossa

Senhora da Glória de Valença. Em 1833, a Vila do Paty de Alferes foi extinta e em seu lugar ereta em vila a povoação de Vassouras, compreendendo os termos das freguesias da Sacra Família e do Paty de Alferes.

	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

1831

VILA DE NOSSA SENHORA DA GUIA DE MANGARATIBA

DECRETO DE 11/11/1831

Erige em vila a freguesia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, com a mesma denominação. Em 1832, foram estabelecidos os seguintes limites: pelo Norte, começando na costa do mar, no rio de Itingussú, do marco de Santa Cruz, seguindo até o cume da Serra a mesma linha divisória de Santa Cruz, que hoje pertence aos herdeiros do Comendador Antonio Gomes Barroso, e as terras do falecido José Antunes Suzano, ficando estas para a nova villa: pelo Sul, o rio Jacarehy, que alguns denominam Caratucaya, e que deságua no mar ao Sul das terras dos herdeiros do falecido Lourenço Correa de Faria, seguindo até o cume da Serra e rumo das terras, de que estão de posse os ditos herdeiros, desmembrando-se da Ilha Grande o terreno que existe entre o dito rio Jacarehy e o Cutiatá mirim: pela parte de terra firme, as vertentes da Serra geral compreendidas entre os dois limites Norte e Sul, acima notados; deverão ser incluídas todas as ilhas adjacentes, começando ao Sul da de Jacarehy, fronteira ao rio do mesmo nome, e terras de que estão de posse os herdeiros de Lourenço Correa de Faria, e todas as que se seguem, inclusive a da Marambaya, ate a ilha de Tucuruçá na qual devem servir de limites as terras dos herdeiros do falecido José Antunes Suzano; ficando para a Vila de Itaguahy as terras que, segundo consta, servem de patrimonio à Municipalidade desta última villa, e um legado de São Francisco Xavier, assim como as ilhas da Madeira, e de Maria Martins.

1832

VILA DE SÃO SEBASTIÃO DA BARRA MANSA

DECRETO DE 03/10/1832

Erige em vila a povoação do curato de São Sebastião da Barra Mansa, com a mesma denominação. O termo desta vila será limitado ao norte pela Serrade Tunifer, compreendendo as águas vertentes, a leste pelo ribeirão das minhocas, águas abaixo até a sua confluência com o parahyba e águas acima deste até encontrar o caminho que conduz acima deste até encontrar o caminho que conduz a freguesia de Santana de Pirahy, por este fora até encontrar o rio Pirahy, águas cima deste até o ponto em que atravessa a estrada para São Paulo; ao oeste por um linha visual tirada da Barra da Cachoeira a rumo de 34º quadrante de nordeste até encontrar a Serra do Tunifer pelo córrego da Barra da Cachoeira acima até encontrar o Morro Redondo; águas vertentes deste até o ponto que fica mais a leste, seguindo-se daí uma linha visual a rumo de Sueste até encontrar o caminho do Cafundó de Cima; por este fora até encontrar a divisa entre a Provincia do RJ e a de SP; ao sul, pela estrada de SP e pela linha divisoria desta Provincia com a do RJ.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

Unidade Organizacional:

Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)

Aprovado por:

Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:

01/02/2011 a
30/06/2011

Emissão:

Junho/ 2011

1833

VILA DE SÃO JOÃO DE ITABORAÍ

DECRETO DE 15/01/1833

Erige em vila a povoação de São João de Itaboraí, com a mesma denominação. A nova vila compreenderá a freguesia de mesmo nome, a freguesia de Rio Bonito, a freguesia de Itamby e todo o território que pertencia a Vila de São João de El-Rei que fica extinta.

VILA DA PARAHYBA DO SUL

DECRETO DE 15/01/1833

Erige em vila a povoação de Parahyba do Sul, compreendendo as freguesias da Parahyba, a freguesia de São José do Rio Preto e os curatos de Cebolas e Matosinhos.

VILA DE IGUASSÚ

DECRETO DE 15/01/1833

Erige em vila a povoação de Iguassú, compreendendo as freguesias de Iguassú, Inhomirim, Pilar, São Antônio de Jacutinga e São João de Meriti e parte da freguesia de Marapicú que fica a margem direita do Guandú e Ribeirão do Lage. O decreto de 12/03/1833 desmembrou a Freguesia de Inhomirim desta vila e anexou a Vila de Magé.



RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLIÇÃO DO BRASIL

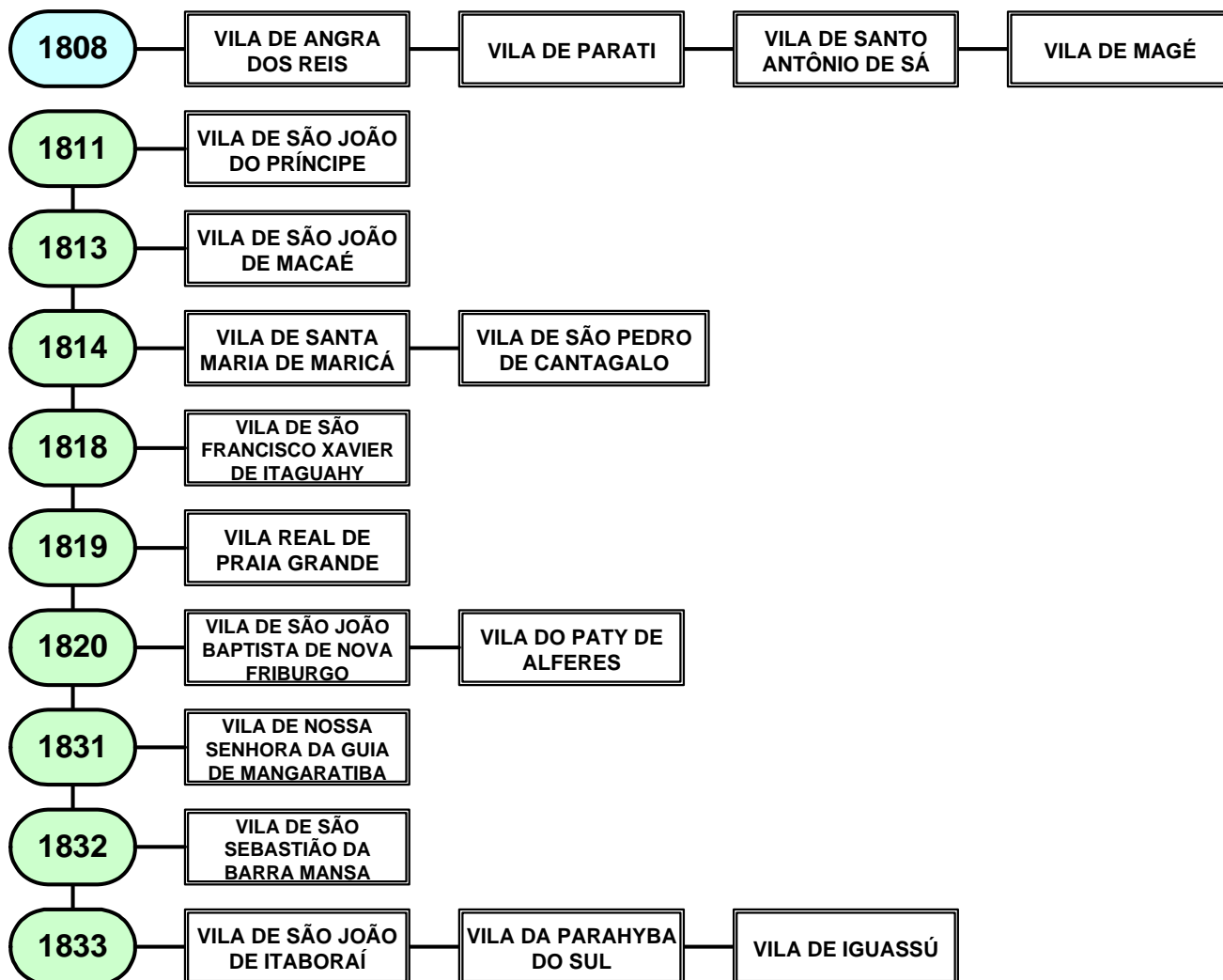
Unidade Organizacional:
Serviço de Gestão de Acervos
Arquivísticos Permanentes
(DGCON/ SEGAP)


Aprovado por:
Grupo de Trabalho da Pesquisa da
Proveniência
(PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)

Período:
01/02/2011 a
30/06/2011

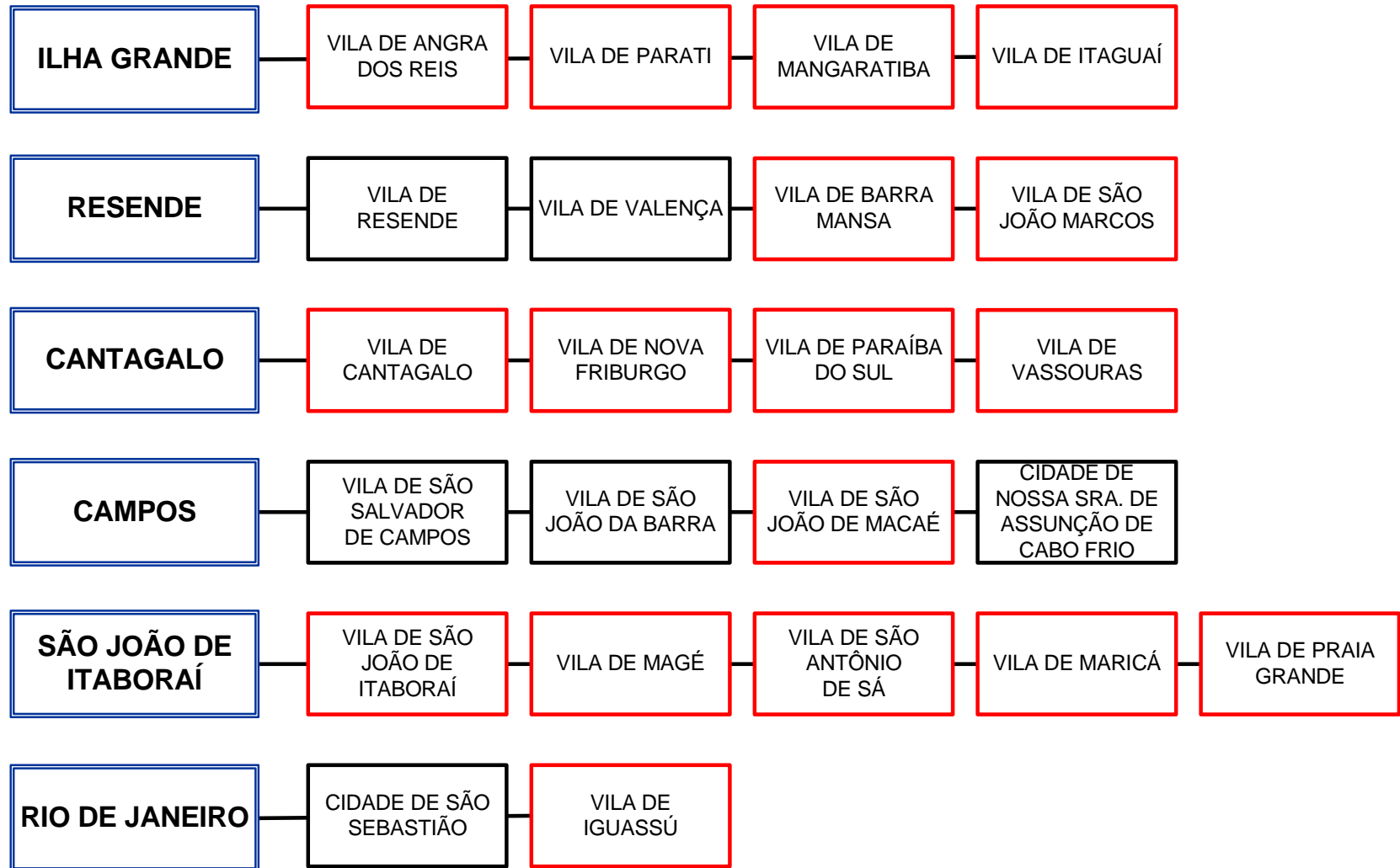
Emissão:
Junho/ 2011

CRONOLOGIA DAS VILAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO




	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

AS PRIMEIRAS COMARCAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



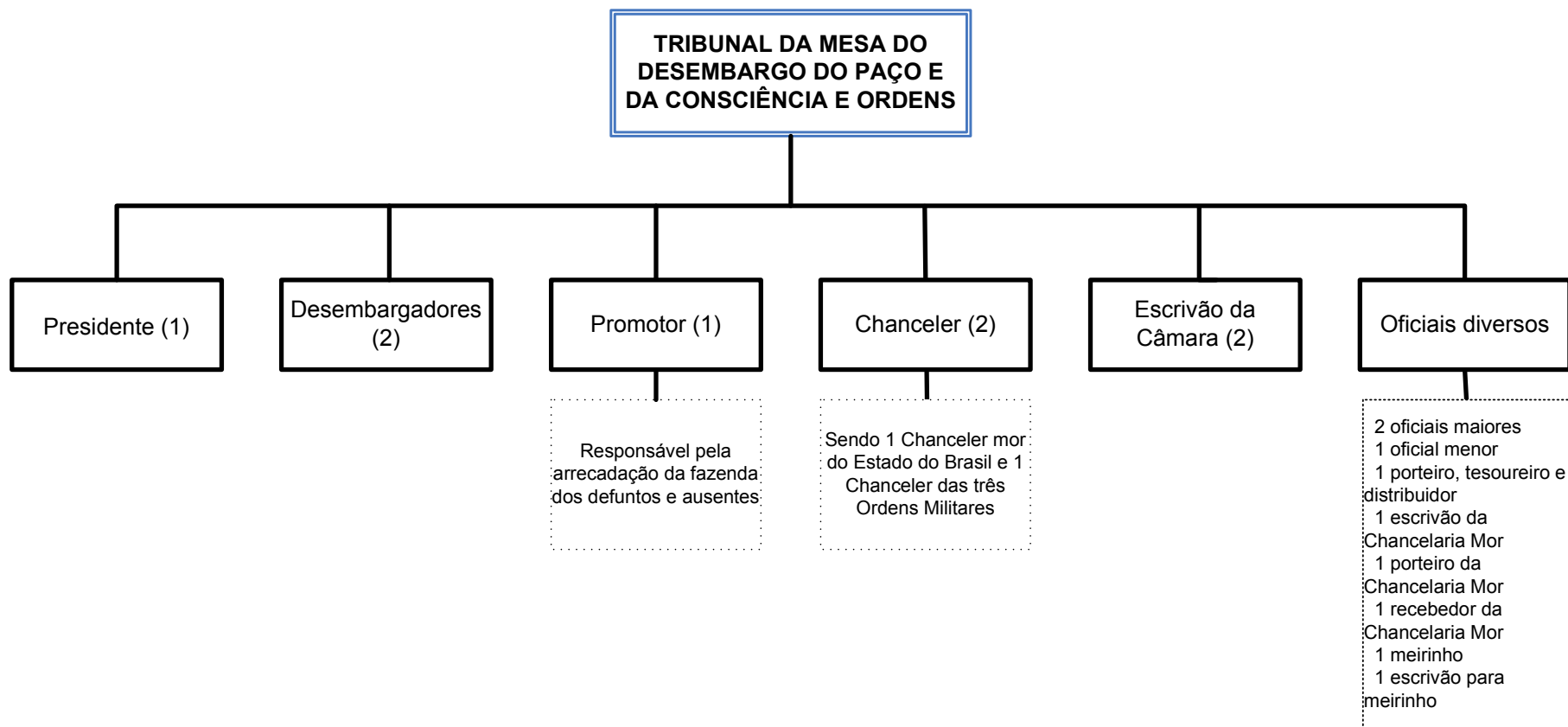
Decreto de 15/01/1833. Divide a província do Rio de Janeiro em seis comarcas com os respectivos juízes de direito.


	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

ANEXO II – OUTRAS INSTITUIÇÕES (1808-1833)

TRIBUNAL DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO

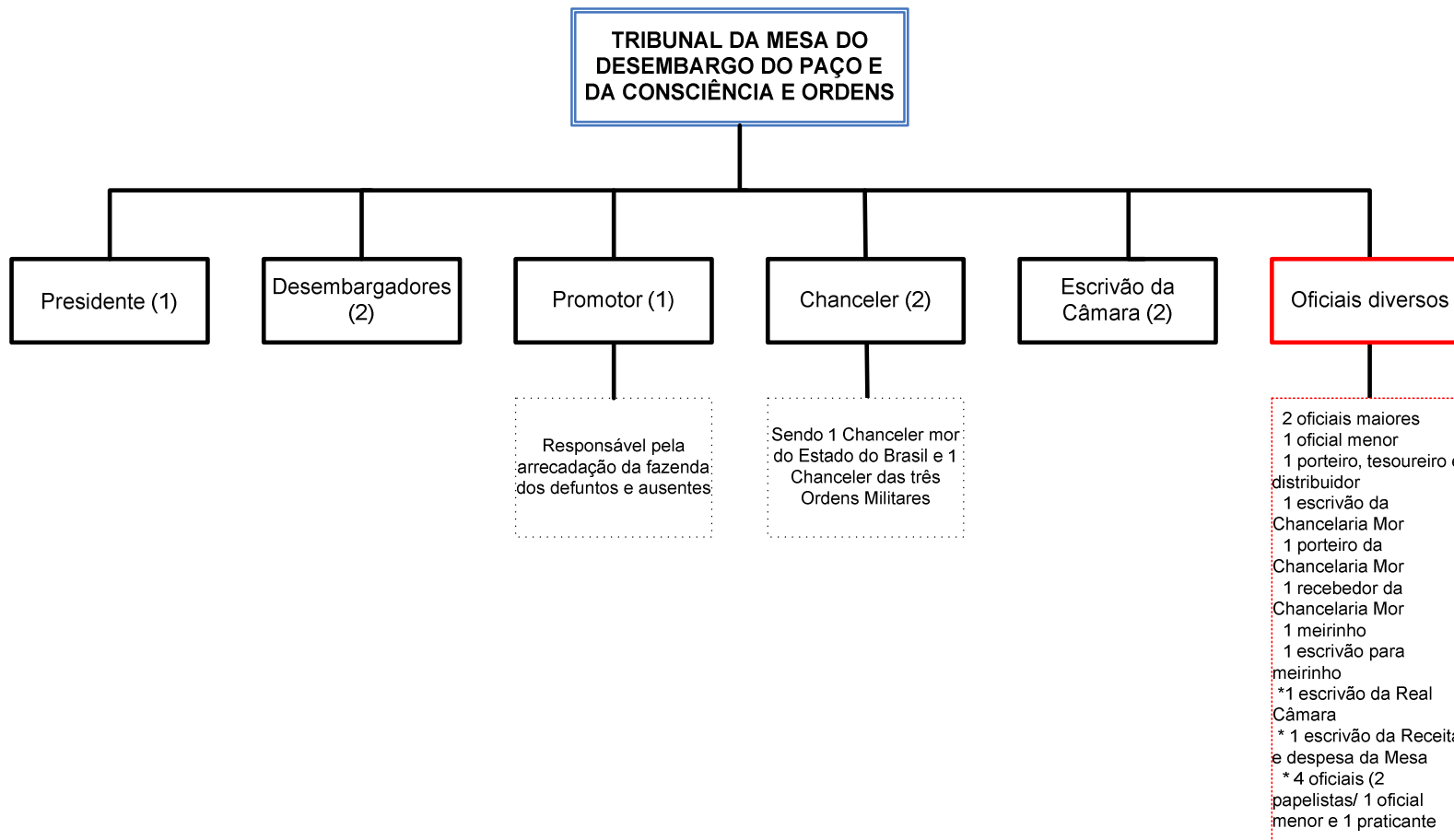
Alvará de 22/04/1808. Cria o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens.




	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

TRIBUNAL DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO

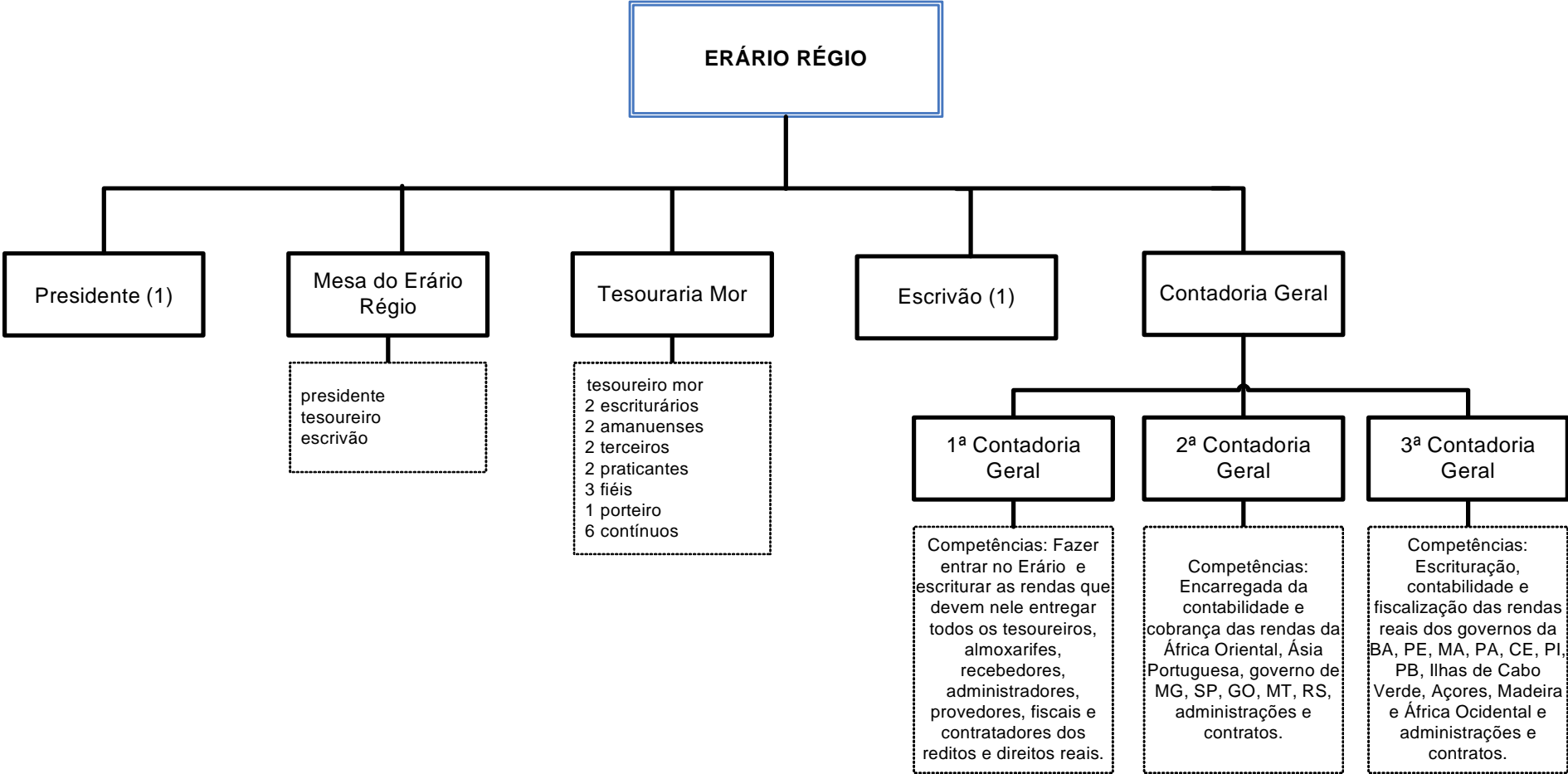
Alvará de 01/08/1808. Cria diversos ofícios na Mesa do Desembargo do Paço.




	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA		
	CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011	Emissão: Junho/ 2011

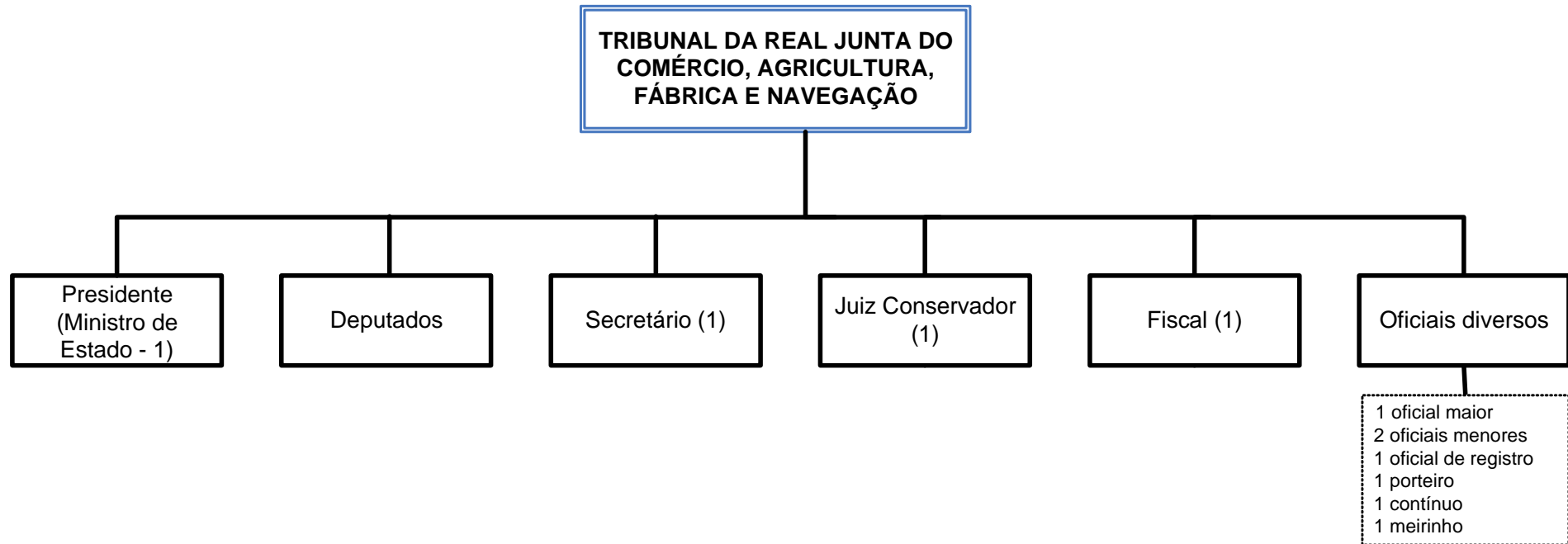
ERÁRIO RÉGIO


Alvará de 28/06/1808. Cria o Erário Régio e o Conselho de Fazenda.



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

TRIBUNAL DA REAL JUNTA DO COMÉRCIO, AGRICULTURA, FÁBRICA E NAVEGAÇÃO
 Alvará de 23/08/1808. Cria o Tribunal da Real Junta do Comercio, Agricultura, Fábrica e Navegação.



	RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL		
	Unidade Organizacional: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)	Aprovado por: Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (PORTARIA DGCON Nº. 02/2006)	Período: 01/02/2011 a 30/06/2011

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO MARANHÃO
Alvará de 13/05/1812. Manda criar uma Relação na cidade de São Luís do Maranhão.

